

Minerva Comercializadora de Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 24.510.849/0001-73

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria da Minerva Comercializadora de Energia Ltda., tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.831	105.369
Contas a receber	5	38.432	137.832
Impostos a recuperar	6	12.577	4.761
Outros ativos	7	32.458	3.102
Total do ativo circulante		108.298	251.064
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	8	13	170
Obrigações trabalhistas e tributárias	9	583	2.321
Outras contas a pagar	10	2.596	3.464
Total do passivo circulante		3.192	5.955
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	12	12.200	46.054
Total do passivo não circulante		12.200	46.054
Patrimônio líquido			
Capital social	14	55.000	55.000
Reservas de lucros		37.906	144.055
Total do patrimônio líquido		92.906	199.055
Total do passivo e do patrimônio líquido		108.298	251.064

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (prejuízo) acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 2020	55.000	129.291	184.291
Lucro líquido do exercício	–	–	14.764
Destinação para reserva de lucros	–	14.764	(14.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	55.000	144.055	199.055
Saldos em 1º de janeiro de 2021	55.000	144.055	199.055
Prejuízo do exercício	–	–	(106.149)
Destinação para reserva de lucros	–	(106.149)	106.149
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.000	37.906	92.906

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais – R\$ – exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Minerva Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa") foi constituída em abril de 2016, tendo como objetivo social principalmente a atividade de comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação aplicável em vigor. A Empresa tem sua sede social localizada em São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, no 758, 8º andar, conjunto 82, sala C, Bairro Itaim Bibi, CEP 04542-000. **Covid-19: Impactos econômicos:** Em um ano imerso em um cenário de incertezas, resultante da pandemia, a administração da Empresa priorizou a identificar riscos, avaliação dos impactos e adaptar das operações. Todos os nossos esforços foram direcionados para assegurar a oferta dos produtos, e, ao mesmo tempo, proteger os colaboradores e apoiar nossos clientes e fornecedores. A Administração da Empresa avaliou, com base nas informações disponíveis, os impactos causados pela Covid-19 nas operações e na posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e concluiu que, até a presente data, não existem atualizações relevantes a serem divulgadas.

2. Base de preparação – Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC). As demonstrações contábeis da Empresa estão sendo apresentadas conforme orientação Técnica CPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As Demonstrações contábeis, foram aprovadas para emissão pela Administração da Empresa em 06 de abril de 2022.

3. Resumo das principais políticas contábeis – a) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo. **b) Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Empresa. **d) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Empresa e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. **Reconhecimento e mensuração:** A Empresa classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: i) ativos mensurados ao custo de amortização; ii) valor justo por meio do resultado; ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Custo de amortização:** os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados sob ambas as seguintes condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Empresa reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado. **Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Empresa deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado. **Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingir pelo recebimento de fluxo de caixa contratual quanto pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Empresa, em "Outros resultados abrangentes". Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou ii) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Empresa, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. **Desreconhecimento ativos financeiros:** os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. **Passivo financeiro ao custo amortizado:** a Empresa deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao

valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Empresa possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. A Empresa possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado, são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Empresa também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **e) Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das informações contábeis. E constituída Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo. **f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Empresa considera o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Empresa, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8% ao ano, aprovada com base no custo médio ponderado de capital da Empresa, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão. Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Empresa são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados. Os cálculos e análises são revisados trimestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido das Empresa e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **i) Benefícios e empregados:** A Empresa não possui benefícios pós-emprego, tais como de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento. **j) Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas da Empresa derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas no momento em que a obrigação de desempenho é atendida e cujas mercadorias são destinadas aos mercados interno e externo. As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Empresa na determinação do seu reconhecimento contábil por parte da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Empresa espera ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Empresa satisfaça sua obrigação de desempenho. A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 15. **k) Novas normas, alterações e interpretações:** As emissões/alterações de normas CPCs e NBC TGS efetuada pelo CFC que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e serão traduzidas posteriormente para adequar os CPCs, conforme apresentado a seguir: **Alteração da norma IAS 1** – Classificação de passivos como Circulante ou não circulante; **Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020.** Efetua alterações nas normas IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41; **Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado:** Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. **Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso:** Custo de cumprimento de um contrato; **Alteração da norma IFRS 3** – Referências a estrutura conceitual; **Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2** – Divulgação de políticas contábeis; **Alteração da norma IAS 8** – Definição de estimativas contábeis; **Alteração da norma IFRS 16** – Arrendamentos; e **Alteração da norma IAS 12** – Imposto diferido

Relatório do Auditor Independente

respondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 25 de fevereiro de 2021, sem modificação. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	15	440.660	493.382
Custo dos serviços – energia elétrica	16	(578.807)	(459.237)
Lucro (Prejuízo) bruto		(138.147)	34.145
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas vendas	(72)	(88)	–
Despesas administrativas e gerais	16	(4.022)	(14.996)
Outras receitas (despesas) operacionais		78	7
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		(142.163)	19.068
Despesas financeiras	17	(337)	(737)
Receitas financeiras	17	2.491	2.378
Variação cambial líquida	–	6	4
Resultado financeiro líquido		2.160	1.645
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		(140.003)	20.713
IRPJ e contribuição social – corrente	11	–	(2.471)
IRPJ e contribuição social – diferido	12	33.854	(3.478)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(106.149)	14.764

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(106.149)	14.764	
Outros resultados abrangentes	–	–	
Total do resultado abrangente do exercício	(106.149)	14.764	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(106.149)	14.764	
Ajustes para conciliar o lucro pelas atividades operacionais:			
Tributos diferidos	(33.854)	3.478	
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber e outros ativos	70.044	19.433	
Tributos a recuperar	(7.816)	414	
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	(157)	(63)	
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.738)	1.184	
Contas a pagar	(868)	140	
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	(80.538)	39.350	
Fluxo de caixa (gerado) pelas atividade de investimento			
Integralização do capital em dinheiro	–	–	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento			
(Redução) aumento de caixa e equivalente de caixa	(80.538)	39.350	
No início do exercício	105.369	66.019	
No fim do exercício	24.831	105.369	
(Redução) aumento de caixa e equivalente de caixa	(80.538)	39.350	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Ativo	31/12/2021	31/12/2020	
Prejuízos fiscais de IRPJ	–	–	
Base de cálculo negativa CSLL	–	–	
Total	–	–	
Diferenças temporárias ativas			
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	–	–	
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	–	–	
Outros	–	–	
Total de diferenças temporárias ativa	–	–	
Passivo			
Diferenças temporárias passivas			
Reserva de reavaliação	–	–	
Outras exclusões temporárias	(12.200)	(46.054)	
Total de diferenças temporárias passiva	(12.200)	(46.054)	
Total de impostos diferidos	(12.200)	(46.054)	
Total do passivo fiscal diferido	(12.200)	(46.054)	
Total	(12.200)	(46.054)	

13. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e civis – Sumários dos passivos contingentes contabilizados:			
	31/12/2021	31/12/2020	
Sumários dos passivos contingentes contabilizados:			
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não possuía processos de natureza trabalhista, civil ou tributário com probabilidade de perda provável e possível.			
14. Patrimônio líquido – a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 55.000 (em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 55.000), dividido em 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) quotas de capital com valor nominal unitário de R\$ 100,00 (cem reais) cada.			
b. Reserva de lucros: O prejuízo líquido do exercício de 2021 de R\$ 106.149 (cento e seis milhês cento e quarenta e nove mil reais) R\$ 14.764 (quatorze milhês setecentos e sessenta e quatro mil reais) em 31 de dezembro de 2020 foram destinados integralmente à conta de reserva de lucros, que visa principalmente atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital e ampliação dos negócios da Empresa.			
15. Receita operacional líquida – A Empresa apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.			

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de venda de produtos – mercado interno	514.994	567.484
Deduções da receita – impostos incidentes e outros	(74.334)	(74.102)
Receita operacional líquida	440.660	493.382
16. Despesas por natureza		
Custo dos produtos vendidos	(578.807)	(459.237)
Custos da energia	(578.807)	(459.237)
Total	(578.807)	(459.237)
Despesas administrativas e gerais		
Salários e benefícios a empregados	(3.005)	(7.166)
Serviços de terceiros	(1.017)	(7.805)
Outros	–	(25)
Total	(4.022)	(14.996)

17. Resultado financeiro líquido			
	31/12/2021	31/12/2020	
Receitas financeiras:			
Rendimento financeiro	1.783	1.472	
Receitas com variações cambiais e monetária	6	4	
Outras receitas financeiras	708	906	
Total	2.497	2.382	
Despesas financeiras:			
Outras despesas financeiras	(337)	(737)	
Total	(337)	(737)	
Resultado financeiro líquido	2.160	1.645	

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros – As operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra e venda de energia. Em sua política de gestão de investimentos, a Empresa prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco. Adicionalmente, a Empresa também pode contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de colocar em prática estratégias operacionais e financeiras definidas pela Diretoria executiva e devidamente aprovadas pela administração. O gerenciamento de riscos de mercado é efetuado por meio da aplicação de dois modelos, a saber: cálculo do Value at Risk (VaR) e do cálculo de impactos pela aplicação de cenários de stress. No caso do VaR, a Administração utiliza duas modelagens distintas: VaR Paramétrico e VaR Simulação de Monte Carlo. Ressalta-se que o monitoramento de riscos é constante, sendo calculado pelo menos duas vezes ao dia. Vale ressaltar que a Empresa não se utiliza de derivativos exóticos e não possui nenhum instrumento dessa natureza em sua carteira. **Riscos de créditos:** A Empresa é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de seus clientes, minimizado pela pulverização da carteira de clientes, dado que a Empresa não possui cliente ou grupo empresarial que represente mais que 10% do seu faturamento e pauta a concessão de créditos aos clientes com bons índices financeiros e operacionais. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decor